

O que pensam os jornalistas sobre seu papel no enfrentamento das mudanças climáticas: as percepções dos profissionais da Gazeta do Povo no Paraná, Brasil

Qué opinan los periodistas acerca de su papel en la lucha contra el cambio climático: las percepciones de la Gazeta do Povo profesionales en Parana , Brasil

Eloisa Beling Loose (Brasil)¹

Universidade Federal de Santa Maria

eloisa.loose@gmail.com

Anabela Carvalho (Brasil).²

Universidade do Minho,

carvalho@ics.uminho.pt

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as percepções sobre enfrentamento das mudanças climáticas dos jornalistas que participaram do processo de produção de notícias sobre este assunto no jornal *Gazeta do Povo*, o de maior circulação no estado do Paraná, sul do Brasil, no ano de 2013, e relacioná-las com a função social do jornalismo e suas potencialidades no que tange à governança dos riscos climáticos, especialmente no nível local. A análise apresentada faz parte da pesquisa de doutorado da primeira autora que pretende concatenar as diferentes etapas do circuito da notícia pensando na comunicação, percepção e governança atreladas a questão climática. Neste texto nos centramos na discussão do papel da imprensa e do próprio profissional diante do problema das alterações do clima, concluindo que os respondentes atribuem funções sociais significativas à imprensa, mas não se veem como elementos-chave na promoção da governança climática, atribuindo mais responsabilidades a outros setores e justificando suas limitações a partir de normas e critérios profissionais.

Palavras-chave.

Jornalistas; mudanças climáticas; governança; enfrentamento dos riscos; papel da imprensa.

Abstract.

This article aims to analyze perceptions of climate change by the journalists who participate in the news production process on this subject in *Gazeta do Povo*, the newspaper with the largest circulation in Paraná, southern Brazil (2013 data), and to relate

them to the social function of journalism and its potential with regards to the governance of climate risks, especially at the local level. The analysis is part of the first author's doctoral research, which aims to concatenate the various stages of the news circuit involving communication and perception, as well as connections to the governance of climate change. In this paper we focus on the role of the press and its professionals in relation to climate change and conclude that journalists attribute significant social functions to the press, but do not see it as a key element in promoting climate governance. They assign more responsibility to other social sectors and justify the press's limitations through professional norms and criteria.

Key words.

Journalists; climate change; governance; risk responses; role of the press.

Introdução

Pensando na urgência de uma transformação de racionalidade na forma como lidamos com as mudanças climáticas (MCs), este artigo propõe uma análise de percepções de atores inseridos na esfera midiática, que têm uma responsabilidade especial na definição dos sentidos da questão. Diante de um cenário no qual o excesso de emissões de gases de efeito estufa (GEE) coloca em xeque a sobrevivência de várias espécies do planeta e ameaça seriamente a segurança e o bem-estar humanos, faz-se necessária uma transição de modos de pensar e viver que respeitem os limites físicos do planeta em que vivemos. Nesse sentido, ao trazer para a discussão as percepções de jornalistas e a maneira pela qual veem o enfrentamento das mudanças climáticas articulam-se as potencialidades destes atores como promotores de uma governança não hegemônica³, ao mesmo tempo em que desvendamos suas fragilidades enquanto sujeitos atrelados a regras e normas profissionais que, poucas vezes, contribuem para o engajamento social.

Assim, este artigo tem como objetivo refletir sobre o papel da imprensa diante da necessidade de enfrentamento das MCs e de seus riscos⁴, um problema que está sendo acelerado em razão do crescimento e do acúmulo das emissões de GEE inerentes às atividades antrópicas (IPCC, 2013). Para tanto, procura trazer o debate da função social do jornalismo para o contexto dos riscos climáticos e examina, a partir de questionários e entrevistas, as percepções daqueles jornalistas que participaram da produção de notícias sobre o tema no jornal *Gazeta do Povo* no ano de 2013⁵. Esta escolha justifica-se pelo fato do referido jornal ser o de maior circulação no estado do Paraná, no sul do Brasil, e também o mais tradicional em Curitiba, capital paranaense. A opção por um jornal local é também uma resposta a uma lacuna na investigação sobre a cobertura jornalística das MCs, que se tem centrado quase exclusivamente em jornais de circulação nacional. A mídia local pode, potencialmente, ser um ator fundamental para “trazer” esta questão, tipicamente concebida como global, para a escala local, aproximando-a dos cidadãos.

Cabe informar que este artigo é fruto de um recorte da pesquisa de doutorado da primeira autora, que visa relacionar as percepções a respeito das MCs dos diferentes sujeitos que estão envolvidos no circuito da notícia, isto é, fontes de informação,

jornalistas e leitores. O esforço aqui está concentrado, principalmente, na análise das percepções sobre enfrentamento das MCs dos profissionais que trabalham na imprensa a respeito do seu papel enquanto integrantes do processo jornalístico. Destaca-se que o uso do termo “percepção” nesta pesquisa está associado ao viés construcionista, no qual a percepção é uma construção mental e o sujeito desempenha um papel ativo neste processo. De acordo com Guimarães Jorge (2011, p.69), “[p]ercepção é produto de interpretação da entrada de informações sensoriais, ou seja, é resultado do processamento de informações”. Considera-se ainda que o ambiente simbólico-discursivo que os sujeitos habitam é fundamental para esse processamento pois fornece quadros interpretativos preferenciais (*van Dijk, 1990*).

Para além disso, reconhece-se que todos os instrumentos de análise das percepções dos sujeitos têm limites e podem condicionar o modo como são expressas por esses sujeitos. Sublinha-se também que o que pensam (ou percebem) os jornalistas sobre as mudanças do clima e as questões a elas relacionadas representa apenas um fator, dentre outros, para a construção de dadas notícias e não outras (*Engesser & Brüggemann, 2015*).

Parte-se do pressuposto de que o jornalismo, além de ser um subcampo de conhecimento e uma prática profissional, se constitui em um ator de grande relevância no cenário contemporâneo e, em razão de seu alcance e legitimidade, pode contribuir para ações que freiem ou minimizem os impactos das MCs. Sendo assim, os profissionais que estão envolvidos com a construção e circulação das mensagens podem desempenhar um papel relevante para o desencadeamento de mudanças de atitude e mesmo de comportamento, sejam elas no âmbito domiciliar ou nas esferas políticas, de modo a exercer sua plena cidadania. É claro que esta perspectiva, bastante positiva, encontra entraves tanto no âmbito da produção (no qual os jornalistas nem sempre possuem condições para desempenhar o papel de ator social), quanto no âmbito da recepção (no qual o público, mesmo sendo bem informado, por fatores econômicos, psicológicos, políticos ou culturais, não altera seu comportamento). Dessa maneira, ao ser um ator social que trabalha na mediação entre diferentes campos, o jornalismo, por meio da construção das notícias, tem a possibilidade de fazer pensar sobre comportamentos, atitudes e opiniões a partir de novas informações. Se bem que de forma não automática, aquilo que é repassado para a esfera social por meio do jornalismo tem uma repercussão sem igual em termos de captação de atenção e desenvolvimento de debate na sociedade contemporânea – o que pode ser um primeiro passo para um envolvimento mais efetivo.

Nesse sentido, vários investigadores têm vindo a identificar problemas na representação midiática da questão, já que, apesar de o jornalismo não ser a solução para uma série de problemas, ele exprime possibilidades para um vasto e heterogêneo público que podem vir a se transformar em alternativas. Nas palavras de Wilson (2000, p.1),

“[c]itizens need accurate and understandable information, but unfortunately many of the recent articles on global change are either sensational, technical, or too abstract for the general public, and do not

help people make a connection between their everyday actions and the impending long-term global changes that will probably take place”⁶.

Baseamo-nos no referencial teórico que sustenta que o jornalismo é sempre uma construção de uma determinada realidade, exprimindo certos pontos de vista e outros não (Hannigan, 1995; Hansen, 2010), e que, ao mesmo tempo, pela sua visibilidade e capacidade de pautar assuntos na arena pública, pode ser considerado um ator que intervém na sociedade (McQuail, 2013). Também se consideram os estudos sobre a comunicação de risco (Powell & Leiss, 2005; Serra, 2009), sobretudo o papel do jornalismo dentro deste contexto, as percepções de risco (Renn, 2004) e suas relações com a governança climática “de baixo para cima” (Jacobi, 2012; Martins & Ferreira, 2011).

Metodologicamente, o artigo baseia-se nas respostas de um questionário e de entrevistas individuais realizadas com os nove jornalistas que foram identificados como envolvidos nas matérias de MCs publicadas na *Gazeta do Povo* no ano de 2013 (por meio de assinatura nos textos ou da observação realizada pela autora durante momentos-chave da cobertura do clima). Esta amostra é reduzida, porém qualificada - já que representa justamente os profissionais do veículo escolhido que precisaram estudar o assunto para construir notícias sobre ele.

Com o propósito de mapear as percepções dominantes entre os jornalistas deste veículo específico, observam-se as recorrências e divergências das respostas às perguntas do questionário e das entrevistas mais afinadas com a governança das MCs e o papel da imprensa. Começa-se por apresentar uma revisão de literatura sobre a prática jornalística e a cobertura das mudanças climáticas, seguida de um tópico que tece relações entre as ideias de risco, percepção de risco e governança, sempre no contexto das MCs. O terceiro tópico traz alguns resultados de alguns estudos semelhantes ao aqui proposto. Por fim, apresenta-se a análise e a discussão dos dados.

Apontamentos sobre o papel do jornalismo no contexto de mudanças climáticas

As MCs não representam mais novidade na agenda midiática. Desde finais dos anos 1980 ou princípio da década seguinte há uma certa frequência do tema na cobertura jornalística de quase todo mundo. Os efeitos sentidos no ano de 1988, que registrou um dos verões mais quentes até então nos EUA, associado ao reconhecimento da primeira-ministra britânica da época, Margareth Thatcher, sobre a importância da discussão em relação às mudanças do clima colaboraram para o aumento de visibilidade que o assunto ganhou. Em seguida, ainda houve a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), em 1988, e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro (Boykoff, 2011; Carvalho, 2011). Desde então, mesmo que de forma não sistemática, as MCs têm aparecido nos veículos de comunicação, seja em razão de ocorrências meteorológicas extremas, seja pelo debate político sobre os acordos de controle das emissões de GEE.

Também divulgações de pesquisas e relatórios científicos costumam mobilizar a imprensa, especialmente a partir das previsões de seus potenciais efeitos negativos (seus riscos).

Todavia, mesmo sendo um assunto muito mais visível que outros (se comparado às demais temáticas ambientais), a forma pela qual as MCs são noticiadas nem sempre refletem a amplitude e urgência intrínsecas à questão. Além de a cobertura ser esporádica - o que já foi constatado em notícias de meio ambiente de uma forma geral (Hansen, 2010) -, as notícias sobre as alterações climáticas são, muitas vezes, construídas a partir de vozes hegemônicas (Bueno, 2013), distantes do dia a dia do receptor (o que é considerado um fator para o não enfrentamento do problema) (O'Neill & Nicholson-Cole, 2009) e com enfoque predominantemente político (Carvalho, 2011) e/ou científico (Loose, Lima & Carvalho, 2014). Nos países de língua inglesa, em particular, as incertezas científicas ganham relevo (Boykoff, 2011; Painter, 2013), já que a regra do equilíbrio informativo sem a devida contextualização apresenta um debate entre cientistas que acreditam no caráter antropogênico das MCs e aqueles que defendem o contrário, podendo ser designados de negacionistas.

É pensando em melhorar as possibilidades de alcance e impacto da comunicação das MCs e de seus riscos, por meio do jornalismo, a fim de estimular a governança local, que se mapeia o que os jornalistas pensam sobre seu papel neste cenário de incertezas, riscos e responsabilizações. Parte-se da assunção de que o jornalismo detém um potencial muito grande não apenas para informar o cidadão sobre os fatos, mas também para mobilizá-lo ou envolvê-lo para uma tomada de atitude. Defende-se esta ideia através de duas abordagens ou maneiras de entender o jornalismo, que enfatizam aspectos diferentes, mas estão articuladas: o jornalismo como mecanismo de construção da realidade e o jornalismo como um ator social.

A primeira leitura do que se entende por jornalismo o vê como um construtor de referências cotidianas que situam a sociedade sobre as diferentes dinâmicas de diversas esferas. O jornalista toma conhecimento do acontecimento e ao elaborar a notícia o interpreta a partir de seu repertório social, cultural, político, etc., junto ao seu entendimento do que as fontes de informação consultadas relataram sobre o mesmo. Esse processo é moldado em razão das rotinas produtivas do local no qual trabalha, das regras e normas do campo jornalístico, assim como das restrições institucionais e financeiras que emergem do lugar de onde ele fala.

Assim, o jornalista, um mediador de sentidos, ressignifica aquilo que viu ou apurou de modo a entregar à esfera pública um texto enxuto e objetivo, que não desponte dúvidas quanto às informações que traz. A notícia - e qualquer texto - sempre será uma construção discursiva realizada a partir de algumas escolhas, valores e técnicas. A realidade passa a ser uma construção social sob a ótica do jornalista, de suas fontes e daqueles que reinterpretarem o texto. Logo, o jornalismo se mostra um construtor de realidade, mas dentro de limitações próprias de seu campo de atuação.

Esta perspectiva, habitualmente designada de construcionista, evidencia as argumentações e reivindicações apresentadas em arenas públicas como componentes constitutivas na criação dos problemas sociais porque, dessa maneira, recebem atenção e mais facilmente conseguem se inserir na agenda política (Hansen, 2010). Sob a mesma ótica, Hannigan (1995) avalia que a visibilidade midiática se faz fundamental para que os problemas ambientais deixem de ser condições para se tornarem assuntos e até condicionantes para elaboração de políticas.

De forma complementar, concebe-se a ideia de que pela sua legitimidade, visibilidade e alcance, o jornalismo pode ser visto como um ator capaz de intervir na sociedade. Philips, Carvalho e Doyle (2012, p.12) confirmam esta ideia sob um olhar mais alargado, o das mídias, no qual está situado o jornalismo: “the media are an actor in the public sphere and an arena for public discourse, shaping and influencing access and possibilities for participation⁷”. Mesmo que a influência da imprensa não seja direta ou linear, a forma, o enfoque e a frequência com que dá visibilidade a determinados assuntos em detrimento de outros contribui para pautar determinados assuntos no cotidiano dos receptores, além de formatar e evidenciar alguns sentidos mais do que outros, proporcionando certas maneiras de se perceber o mundo (McQuail, 2013).

Ao ser visto como um ator social que faz a mediação entre diferentes campos e opera a (re)construção social da realidade, o jornalismo tem a potencialidade de influenciar atitudes, opiniões e comportamentos. Ainda que de forma não automática, aquilo que é repassado para a esfera social por meio das notícias tem uma repercussão significativa em termos de captação de atenção e desenvolvimento de debate na sociedade contemporânea.

Relacionando comunicação de risco, percepção de risco e governança no âmbito das mudanças climáticas

Ao pensarmos em um movimento de transição de racionalidades (de uma centrada na perspectiva econômica para outra que considere os limites do meio ambiente), no qual o jornalismo pode desempenhar um papel importante, a governança climática precisa ser levada em conta. Se bem que, historicamente, a governança a respeito das MCs seja um processo essencialmente *top-down*, desenrolado por meio de tratados e reuniões internacionais que envolvem diplomatas e chefes de Estado, cada vez mais, estudiosos apontam a necessidade de trabalhar com o problema climático também em outras escalas (e.g. Giddens, 2010). Acredita-se que o local seja o âmbito mais propício para envolver os cidadãos e promover a participação pública, visto que aqueles que poderão ser atingidos pelos problemas decorrentes das mudanças de clima, assim como suas causas - as atividades humanas que produzem GEE - se encontram neste nível. Assim, neste artigo, adota-se a ideia de governança climática com ênfase na escala local justamente por vislumbrar nesta instância a emergência de movimentos oriundos dos cidadãos.

Dessa maneira, quando se fala de enfrentamento das mudanças climáticas alude-se, aqui, a ações que possam, em algum grau, auxiliar na mitigação ou adaptação das MCs. Endossa-se o entendimento de Felt & Folcher (2010), que concebem a governança como uma nova forma de tomada de decisão, que é coletiva, envolvendo diferentes sujeitos, e está em oposição ao modelo caracterizado pelo fluxo *top-down* – o modelo hegemônico no qual o processo é hierarquizado. Como a governança local pressupõe movimentos de “baixo para cima” (*bottom up*), ao contrário do que é estipulado de “cima para baixo” (*top-down*), assumimos aqui a governança como uma forma de enfrentamento em que os cidadãos exerçam seus direitos e deveres em prol da minimização dos riscos climáticos.

Mesmo sendo este o enfoque da proposta aqui apresentada, sublinha-se que para conter o problema das MCs esforços em diferentes escalas precisam ser feitos. Acredita-se que o empoderamento local permite uma gestão mais eficiente e direta da infraestrutura urbana, serviços essenciais e regulação e controle de ações, mas não se pode esperar que atores nos níveis locais resolvam o problema sozinhos (Martins & Ferreira, 2011). Chama-se a atenção dos indivíduos e instituições locais para que eles assumam sua parcela de responsabilidade, ao mesmo tempo em que não retira as devidas responsabilidades de governos e instituições nacionais e internacionais. Busca-se fomentar o envolvimento dos indivíduos com as MCs na expectativa de que eles alterem seus hábitos, mas também pressionem políticos e empresas para que mudanças de maior envergadura se concretizem.

Para que as pessoas mudem de atitude ou comportamento é importante que elas percebam os riscos a que estão expostas; para tanto, a comunicação dos riscos – e as maneiras de combatê-los – se mostram cruciais. A governança climática, com ênfase local, depende então de uma boa comunicação para uma percepção de riscos adequada e capaz de engajar os diferentes atores para uma reversão do quadro que se conhece hoje. Jacobi (2012) defende que somente através do conhecimento poderão ocorrer mudanças culturais e de comportamento que assegurem uma cidadania plena. Nesse panorama, o jornalismo pode ser visto como agente de governança, estimulando ações que originem modificações de comportamento frente ao cenário de afetações climáticas.

Assinala-se, contudo, que esta relação não é automática. O conhecimento do risco não implica necessariamente que as pessoas farão algo a respeito (Krosnick, Holbrook & Visser, 2000), afinal aspectos culturais, políticos e psicológicos estão imbricados, de formas diferentes, em cada indivíduo. As percepções do risco sobre as MCs, disseminadas em grande parte por meio da mídia, são relevantes porque afetam os níveis de preocupação e podem interferir na motivação para agir (APA, 2009), porém há que considerar que o risco é um constructo social e, portanto, não é o mesmo para todas as pessoas.

Apenas para citar alguns exemplos, Covello & Sandman (2001) destacam sete fatores psicológicos que influenciam na forma como os sujeitos processam os riscos: cortes mentais (como não se pode reter todas as informações, grava-se aquelas que são

mais repetidas ou mais fáceis de recordar através de exemplos concretos ou imagens dramáticas), apatia (falta de interesse), excesso de confiança e otimismo irrealista, dificuldade de entendimento, desejo e procura de certezas, relutância em mudar crenças ou convicções (advém do contexto cultural) e atributos de julgamento (aspectos que afetam como julgamos a magnitude real de um risco, como familiaridade, confiança, potencial catastrófico, etc.). Desse modo, nota-se que a ideia de risco não é monolítica; ela é subjetiva e pode mudar, sendo dependente de um rol de elementos que se sobrepõem conforme as experiências de cada pessoa. Apesar da complexidade, a compreensão das percepções de risco pode impulsionar processos de gestão de riscos (e, de forma ampla, da governança) já que levando em conta os modos de pensar dos públicos a aceitabilidade e resposta aos riscos pode aumentar (Renn, 2004).

As percepções de risco são oriundas de aspectos individuais e coletivos, cognitivos e intuitivos, que se misturam e resultam em perspectivas particulares de uma mesma ameaça. Logo, não podem ser simplesmente transpostas de um grupo para outro ou de um contexto para outro. Essas diferentes influências que acarretam julgamentos tão distintos de um mesmo problema expõem a o motivo de ser tão difícil mobilizar as pessoas face a alguns riscos.

É justamente porque há inúmeras diferenças na compreensão do que significa o risco que a comunicação recebe um papel tão central. A comunicação de risco é definida por Powell & Leiss (2005, p.162) como “o processo de troca entre a comunidade acadêmica, os profissionais das agências reguladoras, os grupos de interesse e o público em geral, em que se considera como melhor avaliar e gerenciar os riscos”. É um conceito amplo que extrapola os meios de comunicação social ou as mídias, embora seja comprovado que estas desempenham um papel de amplificador do risco muito forte em razão de seu alcance e legitimidade. O jornalismo, por ter uma função social vinculada ao interesse público, e gozar de ampla audiência e credibilidade, tem o potencial de ser um ator que promova o esclarecimento e a sensibilização para o enfrentamento dos riscos climáticos.

O gerenciamento ou enfrentamento dos riscos está intimamente relacionado com a forma com a qual ele é percebido, e a comunicação dos riscos intervém, de distintas maneiras, para a formatação deste processo. Serra (2009) discorre sobre três funções da comunicação de riscos, aplicáveis à prática jornalística: 1) agendamento e enquadramento, pois a imprensa nos diz sobre o que pensar e também como pensar; 2) intermediação, pois estabelece ligações entre os poderes instituídos e os cidadãos; e 3) legitimação da tomada de decisões, ao apresentar-se como fórum de discussão e espaço de análise das questões abordadas. A partir disso, concorda-se com Hulme (2009) quando ele afirma que a forma de comunicar os riscos interfere em como as pessoas os perceberão, já que os riscos são construções sociais e, através da mídia, podem ser amplificados ou atenuados.

O que os jornalistas pensam sobre mudanças climáticas

Há poucos estudos que se voltam para o entendimento dos jornalistas sobre MCs (Carvalho, Pereira & Cabecinhas, 2000), embora muito se destaque sua importância já que eles são responsáveis pela mediação a públicos vastos e heterogêneos, influenciando as percepções sobre o assunto. A forma como cada notícia é construída depende, em parte, do próprio repertório cultural, político, científico e social que o jornalista detém – afinal, o acontecimento será repassado aos leitores também a partir de sua perspectiva sobre o mundo. Por mais que a notícia se proponha a ser um relato claro e objetivo, a subjetividade do emissor está intrínseca a qualquer mediação.

Apresentam-se nesta seção alguns resultados voltados para a compreensão dos sujeitos que trabalham na imprensa sobre questões que perpassam a mudança do clima para, em seguida, expor e discutir os achados da análise proposta, centrada na governança ou enfrentamento dos riscos. Mesmo que os resultados sistematizados a seguir não tratem especificamente da responsabilidade do jornalista e da imprensa diante das MCs, há elementos que permitem o cruzamento de tais descobertas com a investigação aqui apresentada, como o nível de conhecimento sobre o tema e a compreensão de como o tema chama atenção do público, só para citar alguns exemplos.

Wilson (2000) buscou identificar as principais fontes dos repórteres norte-americanos que cobriam as alterações climáticas, o grau de conhecimento sobre a ciência do clima dos jornalistas, a relação que esse conhecimento tinha com a formação, o tipo de mídia em que atuavam, o tempo disponível para produção da matéria, dentre outros fatores. Para o efeito, analisou questionários aplicados a repórteres pertencentes à Sociedade de Jornalistas Ambientais (Society of Environmental Journalists), profissionais estes que tendem a ter mais interesse e *background* sobre o tema. De acordo com os resultados encontrados, a maioria dos jornalistas utilizava como fonte primária de informação sobre o tema os jornais, sendo as entrevistas com cientistas e os periódicos científicos a segunda e terceira fonte, respectivamente. Esse hábito de se nutrir a partir daquilo que já foi mediado por outros colegas faz, segundo o autor, com que os equívocos e imprecisões se tornem mais frequentes.

Nesta mesma pesquisa, Wilson (2000) identificou que grande parte dos jornalistas confundia ou desconhecia o funcionamento de processos científicos associados à mudança do clima, o que poderia levar à transmissão de incorreções ao público. Em relação aos fatores que foram cruzados com o maior conhecimento sobre o assunto, o trabalho em período integral nesta área mostrou-se mais eficaz que uma formação em alguma área de ciências ambientais, por exemplo. O autor aponta que os especialistas em ambiente/ciência demonstraram muito mais conhecimento e precisão no trabalho sobre as MCs, embora lamente que estes profissionais estivessem perdendo espaço nos veículos de comunicação (isso já era constatado há 15 anos e tornou-se ainda mais frequente com o passar do tempo).

Entre suas conclusões, apontou que jornalistas que procuram os cientistas como fontes primárias apresentam mais domínio do que aqueles que se alimentam dos jornais; jornalistas que possuem mais tempo para construir a matéria sobre MCs cometem menos

erros e confusões; repórteres de televisão tendem a cobrir com menos frequência o tema; os jornalistas subestimaram o consenso científico que existe sobre o tema, sendo influenciados pelo constante debate que há entre os dois lados; muitos conceitos científicos são mal interpretados – jornalistas tomaram como sinônimo “efeito estufa” e “aquecimento global”, termos que não são intercambiáveis (Wilson, 2000). Ainda que se reconheçam os constrangimentos e limitações organizacionais próprias das instituições jornalísticas, o estudo revelou que mesmo aqueles jornalistas interessados em meio ambiente (pertencentes a uma sociedade que discute isso) refletem lacunas no conhecimento que têm sobre mudanças do clima.

Carvalho, Pereira e Cabecinhas (2011) entrevistaram jornalistas de diários que cobrem o tema e realizaram grupos focais com estudantes do mestrado em Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, em Portugal, que tinham tido alguma experiência de exercício do jornalismo, e perceberam que as interpretações sobre as MCs variam bastante, desde uma questão complexa que diz respeito ao futuro até a sua redução em termos de possíveis impactos, que foram muito mais citados do que as causas. Apesar dos jornalistas entrevistados pertencerem a jornais com características diferentes, um de referência e um popular, em ambos os casos apontaram as catástrofes naturais como a dimensão da questão mais noticiável.

As autoras perceberam que a importância dada aos assuntos ambientais varia de empresa para empresa jornalística e, como o meio ambiente ainda é um assunto pouco valorizado em comparação à política, economia e esportes, a ascensão da pauta climática pode “requerer” o prestígio das elites, limitando a apresentação do tema a esta perspectiva. Talvez essa seja a razão para tantas notícias terem como fontes políticos ou cientistas. Também identificaram que o caráter global e a causalidade difusa do fenômeno são percebidos como “barreiras à sua transformação em notícia” (Carvalho, Pereira & Cabecinhas, 2011, p.172).

Painter (2013), em análise sobre os riscos e incertezas das MCs, entrevistou alguns jornalistas que cobrem o assunto e verificou que, geralmente, a linguagem dos riscos é vista de forma positiva pelos profissionais – entrevistados afirmaram que o público entende melhor o risco do que a incerteza. Por isso, as matérias do assunto tendem a seguir este viés e não outro.

Já Brüggemann e Engesser (2014) se voltaram para jornalistas que cobrem o assunto em cinco países com grandes emissões de CO₂ (Alemanha, EUA, Índia, Reino Unido e Suíça) e de diferentes veículos de comunicação (com posturas ideológicas diferentes, regionais, de médio porte, etc.), e constataram que, apesar das diferenças, esses jornalistas compõem uma comunidade interpretativa que partilha alguns aspectos fundamentais. Dentre as conclusões dos pesquisadores, está o fato de que a maioria dos jornalistas entrevistados demonstra forte adesão ao consenso científico disseminado pelo IPCC, não demonstrando ceticismo em relação ao assunto. Porém, em razão da norma do equilíbrio informativo, eles abrem espaço para os negacionistas com a intenção de serem críticos - o que nem sempre conseguem. Assim, a falta de contextualização e correta

proporcionalidade dada aos dois lados da questão pode gerar desconfiança do público em relação à própria ciência.

Em outro estudo comparativo, Engesser e Brüggemann (2015) verificaram que jornalistas que cobrem as MCs avaliam a propagação da pobreza, fome e doenças os problemas mais relevantes associados ao tema, seguido por eventos climáticos extremos. Eles atribuem a menor importância para consequências positivas das alterações climáticas. Ao tratar das causas, os jornalistas associam a cinco elementos: 1) o trabalho dos lobistas de indústrias intensivas em CO₂ e os interesses econômicos nacionais; 2) a lógica capitalista e estilo de vida consumista; 3) os atrasos tecnológicos e burocráticos; 4) os déficits comunicativos e políticos que geram falta de compromisso com a causa; e 5) o desenvolvimento das economias emergentes, que pode ser visto como um grande impedimento para a solução dos problemas climáticos. Ao lidar com as soluções, também cinco componentes emergem: 1) a ênfase nas soluções tecnológicas; 2) a necessidade de restrições voluntárias e reformas econômicas; 3) a redução de GEE de países industrializados; 4) o compromisso com acordos vinculativos em nível global; e 5) a comunicação intensificada sobre as alterações climáticas em diferentes âmbitos.

A partir destas referências, Engesser e Brüggemann (2015) identificaram cinco estruturas cognitivas relacionadas: 1) às responsabilidades dos países industrializados pelo enfrentamento das MCs; 2) à culpabilização do problema em virtude da cultura consumista e do sistema capitalista, atrelada a uma perspectiva sustentável; 3) ao otimismo tecnológico; 4) à preocupação com as economias emergentes; e 5) ao papel do discurso ecológico, que se mostra fundamental para a melhor compreensão pública do fenômeno. Assim, a pesquisa evidencia a emergência de um quadro de sustentabilidade e a procura por um discurso ecológico, ainda que esteja presente a disputa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre quem deve ser responsabilizado pelo problema. Os pesquisadores também apresentam evidências empíricas de que uma série de fatores individuais influenciam as estruturas cognitivas dos jornalistas, como a especialização, os objetivos profissionais e o alinhamento político.

No Brasil, a pesquisa do Instituto de Estudos da Religião com o apoio da Embaixada Britânica no Brasil chamado “O que as lideranças brasileiras pensam sobre mudanças climáticas e o engajamento do Brasil” (ISER, 2008) aponta como a mídia, representada por 30 lideranças do setor, compreende o tema. O objetivo do trabalho foi coletar e sistematizar opiniões de pessoas influentes de sete setores (mídia, congresso nacional, ONG/sociedade civil, empresarial, científico e governamental) sobre o tema das MCs. De acordo com os resultados, a mídia situa-se em penúltima posição em relação à consciência do seu papel e contribuição para enfrentar o problema. Atrás apenas dos parlamentares, que admitem não dar muita importância ao tema, a pesquisa mostra que:

Embora os profissionais de comunicação reconheçam ter o papel de formar a opinião, e também de conscientizar, eles não são produtores de informação, mas comunicadores, caixa de ressonância. Além disso, são reféns da lógica do noticiário, que se alimenta de novidades e de eventos

dramáticos. Ainda assim, a maioria dos entrevistados se sente pessoalmente mobilizada e acredita que a problemática vem ganhando cada vez mais espaço no setor, tendência que deverá perdurar. Acreditam ainda que, do mesmo modo com que surgiu um jornalismo especializado em questões ambientais, o mesmo deverá ocorrer com mudanças climáticas (ISER, 2008, p.8).

Ainda a respeito dos resultados desta pesquisa, os entrevistados acreditam que seu papel mais relevante é o de veicular informações com qualidade, contribuindo para a conscientização, mesmo que afirmem estar em uma fase de aprendizado sobre o tema. Sobre o enfrentamento, o setor se vê como um amplificador social, dependendo da ação governamental: “para que o tema das mudanças climáticas possa ser adequadamente percebido por quem decide e enfrentado, o setor considera que o Estado deva se engajar, o que atualmente não ocorre” (ISER, 2008, p.26).

Os respondentes, em sua totalidade, concordam que o impacto das MCs nas sociedades será enorme, apesar de poucos manifestarem uma visão catastrófica acerca do futuro da humanidade. A maioria possui desconhecimento sobre programas de crédito de carbono e sobre a proposta de desmatamento evitado. Sobre o papel do Brasil, os entrevistados citaram como grande responsabilidade deter o desmatamento e as queimadas, seguido por controlar as emissões por veículos automotores e investir em energias limpas (ISER, 2008).

Na próxima seção, averigua-se como os jornalistas de um jornal diário de circulação estadual e local percebem a questão das MCs, em especial relacionada ao seu enfrentamento e às suas responsabilidades enquanto mediadores sociais. Recorda-se que as questões escolhidas visam enfatizar as percepções dos jornalistas no que diz respeito à governança climática.

Como os jornalistas da *Gazeta do Povo* percebem o enfrentamento das mudanças climáticas

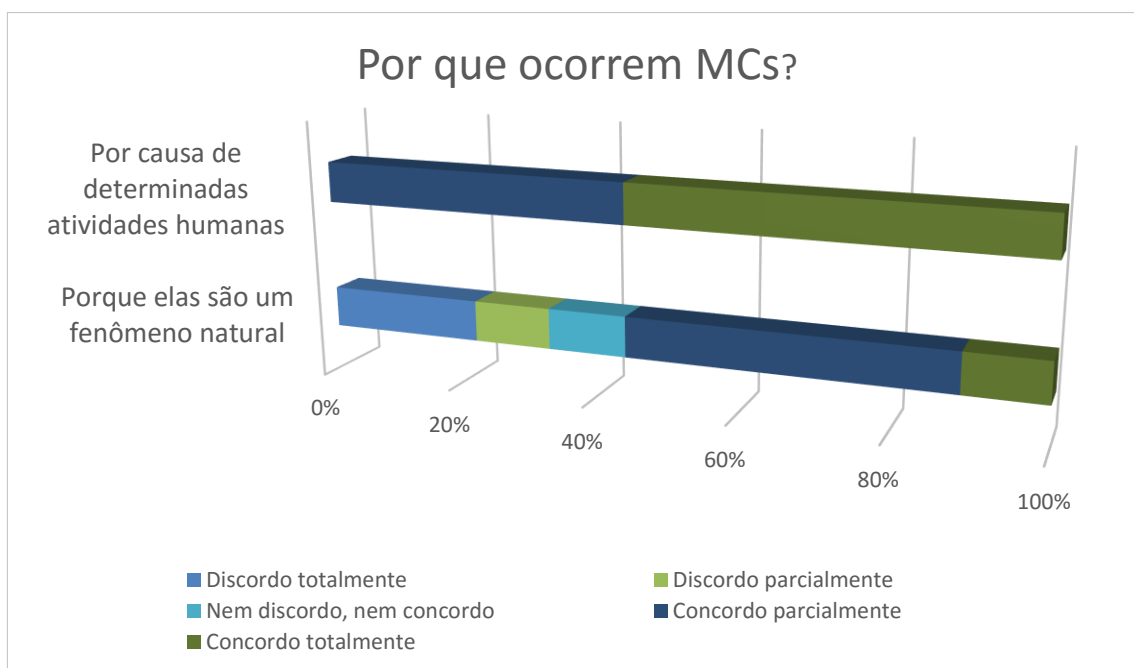
Para este artigo, foram selecionadas as questões do questionário e do roteiro da entrevista semiestruturada que mais poderiam dialogar com o recorte proposto aqui. Assim, serão analisadas as questões atreladas às percepções dos jornalistas a respeito das MCs, seu papel enquanto mediador social e o enfrentamento dos riscos climáticos.

Percepções das mudanças climáticas

A primeira questão formulada a todos os jornalistas através de questionário foi: *Quanto você concorda com a afirmação de que estão ocorrendo mudanças climáticas?* A partir da escala de Likert, considerou-se que um é igual a discordo totalmente, enquanto cinco é igual a concordo totalmente. Oito dos nove respondentes concordaram totalmente

com a frase; um deles concordou parcialmente. Isso revela que, dentre os jornalistas da amostra, não há dúvidas de que o clima está mudando. Mas, quais são as causas? A pergunta seguinte - *Por que as mudanças climáticas ocorrem?* - demonstrou que a maioria dos respondentes compreende que as mudanças fazem parte de um fenômeno natural (maioria das respostas concorda parcialmente), mas também remetem fortemente às atividades humanas (maioria das respostas concorda totalmente).

Figura 1. Razões apontadas como causas das MCs



Essa percepção de que realmente há algo que está modificando o clima, inclusive relacionando a ação antrópica, não é novidade. Estudos que se debruçam sobre a cobertura das MCs já haviam verificado que o negacionismo ou ceticismo é muito mais forte nos países anglo-saxônicos do que no Brasil e em outros países (Painter, 2011), sendo a informação disseminada pelo IPCC bem aceita por jornalistas de várias partes do mundo (por exemplo, Brüggemann & Engesser, 2014). Assim, a cobertura relativamente escassa do tema (72 notícias no ano de 2013⁸, o equivalente a 19% da presença do assunto se tomarmos como base um ano de 365 dias) na *Gazeta do Povo* não pode ser relacionada com o desconhecimento de que as MCs estão ocorrendo, nem mesmo com sua causa antropogênica.⁹

Aliás, durante as entrevistas com jornalistas, foi perguntado se eles concordavam com o posicionamento do IPCC (de que a atividade humana estava acelerando as MCs) e, mesmo a minoria que não afirmou categoricamente que sim, mostrando-se ponderada, revelou em suas falas que têm preocupações em relação ao assunto. J8, por exemplo, afirmou: “é difícil você achar que não existe um limite pra emissão de gases, né, que a gente vai conseguir manter uma emissão crescente, [...] a gente tá aprendendo que o ar

não é um recurso infinito, é um recurso escasso”, relacionando a mudança do clima com os limites dos recursos naturais. Ora, quem é mesmo que está gerando tal escassez?

J5 foi reticente em relação a esta questão mas acabou assumindo a perspectiva da precaução: “tudo que eu li a respeito me inclina a dizer que sim, há aquecimento global causado pela ação do homem. [...] pode ser que alguém diga que não, mas veja... quando você tem uma constatação forte, que parece correta, com efeitos que podem ser muito fortes a até destruidores em alguns casos, a ação correta é agir em relação a isso, [...] é melhor agir do que esperar que ele se torne irreversível”.

Percepções do papel, impacto e funcionamento da imprensa face às mudanças climáticas

Após um mapeamento das percepções dos jornalistas sobre a ocorrência e as causas das MCs, buscou-se conhecer a sua percepção do papel da imprensa, seu impacto social e seus modos de funcionamento relativamente ao tema. Foi-lhes perguntado: *Qual o papel da imprensa em relação às MCs?*, sendo oferecidas as alternativas abaixo, com possibilidade de marcação em mais de uma resposta:

- Apenas informar (esclarecer sobre determinado assunto)
- Informar e educar
- Articular o debate sobre o tema em outras esferas (políticas e econômicas, por exemplo)
- Apresentar soluções para os problemas que emergem da sociedade
- Atuar a favor da governança climática
- Denunciar ações e sujeitos que contribuam para o agravamento dos problemas socioambientais

Nenhum dos respondentes marcou a primeira opção, que reduzia o papel da imprensa apenas a fornecer ou disseminar informações. Todos os nove respondentes acreditam que este papel é mais amplo. As alternativas mais assinaladas foram: informar e educar; e articular o debate sobre o tema com outras esferas, que foram marcadas por sete dos nove jornalistas. Embora a ideia de educação suscite, muitas vezes, resistência dos profissionais da redação, nas respostas desta amostra ela mostrou-se uma preocupação importante. Em seguida, com cinco marcações, a opção sobre denúncias foi mencionada – atrelada também à função de que o jornalismo atua como um vigilante da sociedade, como fiscalizador do poder público. As opções restantes (apresentar soluções para os problemas que emergem da sociedade e atuar a favor da governança climática) receberam duas marcações cada, talvez pela dificuldade de compreensão do termo governança e/ou por acharem que as soluções cabem a outros setores, como se percebeu no resultado da pesquisa do ISER (2008), no qual os entrevistados do setor midiático consideravam que a imprensa contribuía apenas como caixa de ressonância de outras instituições.

Nas entrevistas, foi perguntado explicitamente: *Qual o papel da imprensa no enfrentamento das MCs?* Um dos jornalistas (J5) declarou “que não é papel da imprensa tentar resolver a questão”, e sim transmitir a evolução da ciência e influenciar políticas públicas que beneficiem a população. Já outro (J6) disse que ao provocar discussões sobre o problema o jornal já está cumprindo um papel importante, pois dá visibilidade a temas que de outro modo não seriam preocupações públicas (afinado com o pensamento de Hannigan, 1995). Em sintonia com este último, J7 afirma que ao selecionar e hierarquizar fatos de interesse público o jornalismo já proporciona que seus leitores percebam o que é importante. Entretanto, nenhum dos respondentes chegou a manifestar, de forma mais específica, que elementos de seu trabalho poderiam ser mais bem pensados para auxiliar neste processo.

Dessa forma, estes achados nos mostram que, ainda que os jornalistas associem a sua função social à promoção do debate público e a educação, a responsabilidade social que atribuem ao seu grupo profissional no enfrentamento das mudanças climáticas é limitado (se comparado com as demais alternativas apresentadas). Os respondentes reconhecem a influência da imprensa na sociedade, avaliam que seu trabalho vai além de “apenas informar”, apontam a educação e a conscientização como medidas que poderiam prevenir os riscos climáticos, mas não se percebem como elementos-chave deste processo. Embora a literatura aponte que a comunicação tem um importante papel na percepção dos problemas ambientais e de seus riscos, assim como o potencial de engajar as pessoas para seu enfrentamento, nota-se que, por parte dos jornalistas, há uma postura bastante arraigada às normas profissionais que restringem suas perspectivas a respeito do exercício de sua função social.

A próxima questão trazida para esta análise se refere à influência do jornal na transformação de hábitos e/ou comportamentos. A pergunta *Quanto você acredita que o jornal é capaz de influenciar mudanças de comportamento?* apresentava a escala de Likert como resposta, sendo um equivalente a não influencia; dois – influencia pouco; três – influencia; quatro – influencia muito; e cinco – influencia totalmente. Os jornalistas se dividiram entre influencia (cinco respostas) e influencia muito (quatro respostas), revelando que os profissionais atribuem um alcance e força significativos aos seus textos na formação da opinião pública. Ainda que não seja possível medir ou avaliar de que maneira se dá esta relação, já que ela não pode vista como um efeito causal, e que se devem considerar aspectos psicológicos, culturais, políticos, dentre outros, é interessante saber que os jornalistas estão cientes do que implica seu trabalho e das consequências que isso pode acarretar para a sociedade.

Quando perguntados a partir de quais aspectos principais os jornalistas elaboram as notícias, sendo as alternativas listadas abaixo, verificou-se que nenhum dos profissionais concordou que a opinião do dono do jornal, dos colegas e seus próprios interesses pessoais pudesse ser determinante na construção das notícias, o que reflete a busca pela objetividade e isenção ou, pelo menos, o desejo de passar essa imagem de si próprio, características comuns da comunidade jornalística.

- () a partir de suas concepções de mundo
- () a partir daquilo que as fontes de informação falam
- () a partir do que o dono do jornal quer que seja publicado
- () em razão de uma série de fatores atrelados à rotina de trabalho e às normas profissionais
- () a partir de interesses pessoais
- () a partir daquilo que imagina que seus colegas esperam que eles escrevam

A totalidade dos respondentes mencionou aquilo que as fontes de informação falam como o principal aspecto a partir do qual elaboram as notícias, o que sinaliza para o peso que cientistas e políticos, as fontes mais consultadas em notícias sobre MCs, possuem neste processo. Isto pode ser afirmado com base na análise das notícias sobre o tema deste veículo no ano de 2013, que mostrou a predominância do macroenquadramento científico, no qual as notícias apresentavam divulgação de estudos e pesquisas e/ou as fontes de informação são oriundas do campo da ciência, dando espaço às preocupações típicas deste lugar de fala (Loose, Lima & Carvalho, 2014).

Quando a maioria dos jornalistas da pesquisa cita que o que mais interfere para a elaboração das notícias é aquilo que as fontes dizem, ignora-se o processo anterior da própria seleção dessas fontes, que envolve disponibilidade, confiança, respeitabilidade e, muitas vezes, interesses pessoais também. Há de se considerar que aquilo que as fontes dizem depende também daquilo que os jornalistas perguntam, evidenciando que o conhecimento prévio e as concepções de mundo estão interligados em todo processo. E como negar que o interesse em terminar a matéria pode fazer o jornalista optar por uma fonte nem tão credível assim?

Com cinco marcações cada, as concepções de mundo (ou repertório cultural) dos jornalistas e os fatores atrelados à rotina de trabalho e normas profissionais também foram identificados como elementos relevantes, já que há restrições oriundas das organizações e do próprio campo jornalístico que conduzem a determinadas escolhas e não outras (como a disponibilidade de tempo e os critérios de noticiabilidade, por exemplo). Estes últimos fatores interferem tanto quanto as concepções de mundo dos jornalistas na construção das notícias, embora a ideia clássica de jornalismo (superada teoricamente, mas presente em alguns meios de comunicação) veja os profissionais como isentos, imparciais, refletores de uma única realidade.

Sobre isso, os jornalistas foram interrogados nas entrevistas se sua concordância com o fato de as MCs estarem ocorrendo e terem forte influência humana interferia na elaboração das notícias. A maioria deles (oito dos nove) expôs que suas opiniões e visões de mundo acabam sim interferindo na construção da matéria jornalística, a exemplo do que disse J1: “por mais que seja uma coisa até inconsciente, [...] os nossos princípios, os nossos posicionamentos pessoais, eles acabam influenciando... [...] de alguma maneira você vai ser levado a expressar isso no teu texto”. Por mais que eles dissessem tentar buscar a pluralidade, houve o reconhecimento de que o interesse ou sensibilização por

dado tema afetaria, em alguma medida, o resultado, seja na proposição de pautas, seja no tratamento dado ao conteúdo.

Um dos entrevistados (J7) inclusive relacionou essa questão à própria função social do jornalismo: “eu penso que [...] se não levo esse tipo de informação para o leitor, eu estou prestando um desserviço, quando eu dou a uma situação uma cara de imparcialidade, que ela é só aparente, é só um jogo de cena de imparcialidade, eu estou fazendo menos jornalismo do que essa questão de transformação social que eu deveria buscar”. Aqui ressalta-se, mais uma vez, a percepção que os jornalistas apresentam de seu papel enquanto mediadores sociais capazes de envolver e mobilizar a sociedade.

Dentre os entrevistados apenas um seguiu afirmando que sua opinião ou o que pensa não influencia no seu trabalho. Para J4, “o que menos importa é a opinião do jornalista que tá escrevendo uma reportagem”, sendo mencionada a regra do equilíbrio informativo destacada: “procuro sempre ver os dois lados e mostrar os dois, né, tem que estar aberto a outras opiniões, não importa se eu acredito ou não”.

Ainda sobre a produção da notícia, em entrevista, foi perguntado quando o tema das MCs entra na pauta do jornal. Apesar de pesquisas (como Carvalho, Pereira & Cabecinhas, 2011) demonstrarem que as catástrofes possuem, na percepção dos jornalistas, um alto potencial de noticiabilidade para este assunto, os jornalistas da *Gazeta do Povo* mencionaram com mais frequência eventos políticos (como as COPs) e a divulgação de pesquisas científicas. Um deles (J9) sublinhou que as MCs têm sido pautadas a partir de acontecimentos no exterior para o Brasil – o que nos faz pensar na ênfase que o enfoque global tem em detrimento ao local, enquanto outro (J1) disse que as anormalidades climáticas poderiam ser gancho para esta discussão. Estas questões ajudam a compreender como os respondentes pensam sua prática.

Percepções de possibilidades de governança climática

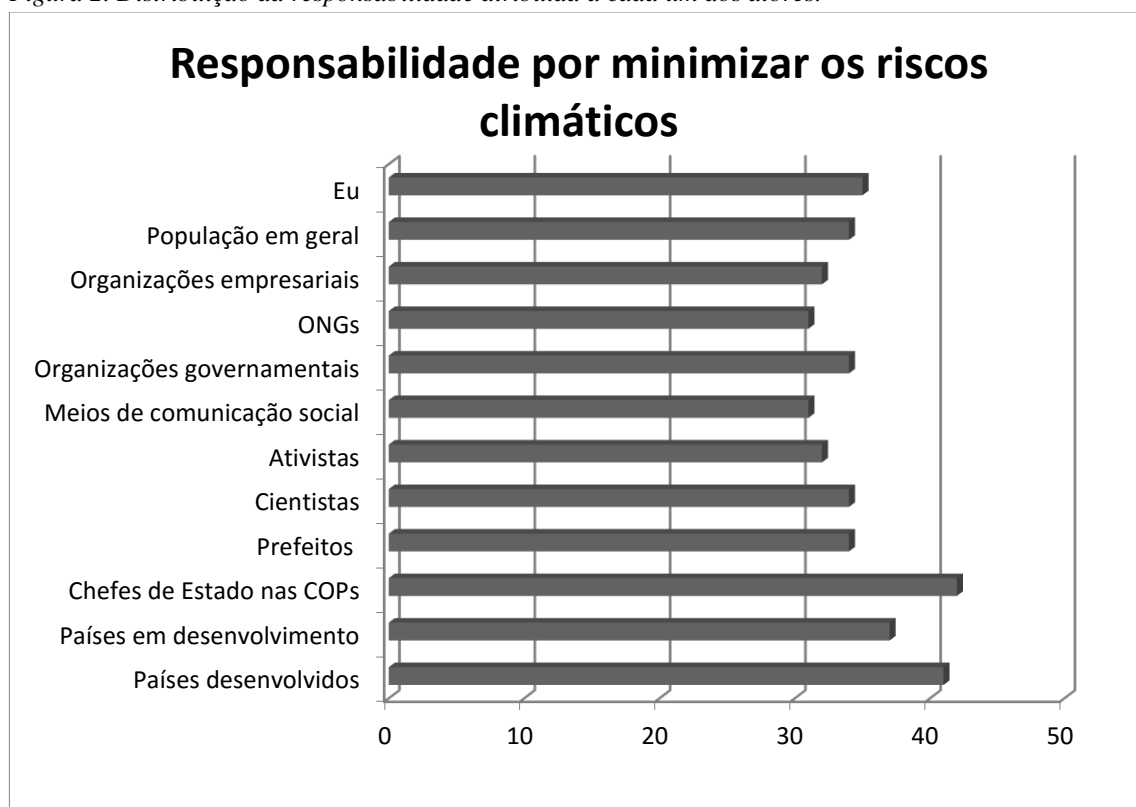
As próximas questões abordam aspectos associados à governança das MCs, especialmente a responsabilização pelo enfrentamento, a eficácia de dadas medidas e a associação que é feita entre enfrentamento e incerteza científica. No questionário, a pergunta *O quanto você considera que cada uma das opções é responsável por adotar medidas para minimizar os riscos climáticos?*, que também usou a escala de Likert (sendo que um equivale a “nada responsável” e cinco a “extremamente responsável”), buscou mapear como os jornalistas que escreveram sobre o tema observam o grau de responsabilidade de diferentes atores (países desenvolvidos, países em desenvolvimento, chefes de Estado que participam das COPs, prefeitos, cientistas, ativistas, meios de comunicação social, organizações governamentais, organizações não governamentais, organizações empresariais, população em geral e eu).

Nenhum dos respondentes atribuiu a opção “nada responsável” para quaisquer uma das opções dadas, identificando que, em níveis diversos, todos são responsáveis por minimizar os riscos climáticos. A alternativa “pouco responsável” foi utilizada apenas

por dois jornalistas, que coincidiram em achar que os ativistas e os meios de comunicação social são, dentre os atores apresentados, aqueles que menos precisam se responsabilizar pela questão (ainda que ambos tenham afirmado que a imprensa influencia mudanças de comportamento). Um deles ainda considerou que a responsabilidade dos cientistas e das ONGs também é pouca. As demais alternativas foram divididas em extremamente responsável (30 marcações), muito responsável (39) e responsável (33), sendo que a opção que mais foi assinalada como extremamente responsável foi “os chefes de Estado que se reúnem anualmente na Convenção das Partes (COP)”, com sete menções, seguida pelos países desenvolvidos, com seis.

Ao se somar os pesos dados a cada ator/instituição, notam-se que aqueles que são mais fortemente responsabilizados foram os chefes de Estado que participam das COPs, enquanto os setores tidos como menos responsáveis foram os meios de comunicação e ONGs, seguidos por ativistas e organizações empresariais. O gráfico abaixo permite uma melhor visualização das atribuições de responsabilidades apontadas pelos respondentes:

Figura 2. Distribuição da responsabilidade atribuída a cada um dos atores.



Chama atenção que as opções “população em geral” e “meios de comunicação” receberam menos pontuação que “eu”, ainda que esta alternativa esteja implícita nas duas anteriores no caso dos jornalistas. Estes resultados ratificam também o que outras pesquisas, como a coordenada pelo ISER (2008), já mostraram: que a maioria das pessoas acredita que são os governos quem devem liderar o processo de engajamento. Dessa

maneira, o papel do Estado é reforçado e chamado a fazer sua parte para ser o exemplo dos demais setores.

Os resultados aqui encontrados mostram que os atores mais fortemente responsabilizados, depois dos chefes de Estado, são os países desenvolvidos e em desenvolvimento, respectivamente. Contribui para essa percepção o debate midiático sobre responsabilização histórica das emissões de GEE, presente anualmente na realização da COP. Engesser e Brüggemann (2015) notaram que esse embate entre países industrializados e emergentes é um dos elementos recorrentes na concepção dos jornalistas, de diferentes países, sobre as MCs. Ressalte-se que a ideia de que o problema é amplo e global acaba por relacionar as formas de enfrentamento a âmbitos internacionais e nacionais, distanciando o sujeito do problema.

A pergunta seguinte do questionário buscava mapear o quanto os profissionais concordavam com a afirmação *O fato de existir incerteza científica sobre as mudanças climáticas atrapalha no seu enfrentamento*. A partir da escala de Likert, onde um representa “discordo totalmente” e cinco “concordo totalmente”, conclui-se que a maioria manifesta concordância, com uma marcação em concordo totalmente e cinco em concordo parcialmente. Dois respondentes discordaram, totalmente e parcialmente. O resultado da totalidade pode ser associado aos achados de Painter (2013), no qual os jornalistas por ele entrevistado sinalizavam que a incerteza científica é menos compreensível ao público que a abordagem do tema por meio do risco.

A questão sobre as incertezas científicas e o enfrentamento reflete também as normas profissionais do campo: mesmo que a maioria tenha concordado que este aspecto possa atrapalhar a ação, nas entrevistas realizadas os profissionais pontuaram que o equilíbrio informativo deve ser seguido: “[...] estamos fazendo nosso papel, né? A gente tem que dar os dois lados, sempre vai ter alguém que não concorda com aquilo então a gente dá o outro lado, a gente dá o contraditório” (J9) ou “[...] o jornal tem que ser plural, se um pesquisador acredita numa linha de pesquisa e o outro numa outra linha, cabe a gente mostrar os dois” (J4). É a ênfase nesta norma que gerou muita incredulidade nas MCs nos países de língua inglesa, e em particular nos EUA (Boykoff, 2011). No Brasil, este não é um problema encontrado na cobertura da mídia, porém, ao se falar com os jornalistas, verifica-se que esta perspectiva é mais defendida do que a ideia de contextualização ou da precaução, por exemplo.

A fim de mapear o quanto os jornalistas que cobriram o tema avaliam a eficácia de medidas/ações para prevenir os riscos associados às MCs, colocou-se a questão *O quanto você considera cada uma dessas atitudes como eficazes para prevenir o risco climático?*, com as seguintes alternativas:

- () Desenvolver novas tecnologias de captura de carbono
- () Substituir motores a combustão interna por veículos híbridos ou elétricos
- () Substituir a geração de energia produzida por combustíveis fósseis por energias limpas
- () Investir em sistemas de monitoramento e alertas

- () Investir em pesquisa científica sobre o tema
- () Informar a população dos possíveis riscos e de formas como contê-los
- () Estimular o envolvimento da população em ações e políticas relacionadas ao clima
- () Diminuir, em nosso dia a dia, as emissões de gases de efeito estufa

Nesta pergunta, a escala de Likert foi utilizada com seis possibilidades: um – nada eficaz; dois - pouco eficaz; três – eficaz; quatro - muito eficaz; cinco - extremamente eficaz; e seis – não sei se é eficaz.

Nenhum dos nove respondentes manifestou que desconhecia a eficácia das alternativas dadas, assim como não marcaram para nenhuma das opções “nada eficaz”. A opção que teve mais marcações de “extremamente eficaz” foi substituir a geração de energia produzida por combustíveis fósseis por energias limpas, que somou 36, seguida por investir em pesquisa científica sobre o tema, com 35. As demais somas variaram entre 32 e 31. Inclui-se a opção “Informar a população dos possíveis riscos e de formas como contê-los”, intimamente relacionada com a profissão dos jornalistas, que foi avaliada por cinco jornalistas apenas como “eficaz”. Esses resultados apontam para uma elevada expectativa relativamente a soluções técnicas, ou o que é normalmente designado de tecno-otimismo, coincidindo com as conclusões de Engesser e Brüggemann (2015) sobre os jornalistas de outros países. Sugerem também que os jornalistas creem que várias medidas precisam ser tomadas em conjunto e que não há apenas uma que resolverá a situação.

No questionário ainda havia duas perguntas abertas sobre medidas para minimizar e prevenir os riscos climáticos. A primeira era direcionada ao sujeito respondente: *o que você faz no seu dia a dia para minimizar os efeitos das MCs?* Nesta pergunta oito dos nove respondentes fizeram menção ao uso consciente do carro a fim de reduzir emissões (não uso o carro ou uso pouco o carro; uso transporte coletivo, ando a pé, faço manutenção do carro para evitar excesso de gases poluentes). Outra resposta recorrente foi a associação com a reciclagem do lixo (ou separação do lixo com fins de reciclagem), sendo citada por cinco dos nove jornalistas. As demais respostas estavam relacionadas ao consumo consciente (três), à economia de energia e água (dois), à educação dos filhos (dois), ao plantio de árvores (um), à atenção dada às pautas sobre o assunto (um), e, de forma geral, a respeitar o meio ambiente por meio de ações responsáveis.

A primeira resposta, dada por vários respondentes de diferentes formas, está claramente associada à mitigação das MCs: se uso menos o automóvel, reduzo o número de emissões de GEE. No entanto, muitas das demais respostas estão relacionadas a problemas ambientais de uma forma geral. Ainda que se saiba que, em termos ambientais, tudo está relacionado e a diminuição do consumismo, assim como a reciclagem, pode auxiliar a diminuir as emissões, outras medidas teriam mais peso para a redução da pegada de carbono, como substituição dos combustíveis fósseis e a economia de energia. Como o estudo de Wilson (2000) evidenciou, há ainda confusão e/ou mistura entre os diferentes problemas ambientais, assim como as medidas para solucioná-los.

Na outra questão aberta, os respondentes deveriam apontar medidas de prevenção aos riscos. Três não responderam. Os demais apontaram, sobretudo, a necessidade de mais conscientização (sobre o consumo, o respeito ao meio ambiente e à convivência em comunidade), e educação – dos seis, quatro mencionaram estas questões. Também foram citadas as seguintes medidas: criação de um sistema de bonificação para atitudes positivas, políticas para redução de desmatamento, investimentos em produtividade agrícola e maior eficiência energética. Neste caso, alternativas mais relacionadas com a problemática do clima foram citadas, além da ênfase na necessidade de uma mudança de racionalidade (por meio da conscientização e educação) com o objetivo de fomentar outra relação entre sociedade e natureza.

Considerações finais

A partir das respostas dos jornalistas da *Gazeta do Povo* podemos notar que os jornalistas não se concebem como provocadores ou desencadeadores de uma melhor governança climática. Por mais que reconheçam sua relevância na sociedade contemporânea, como mediadores, os respondentes restringem a cobertura das MCs aos momentos em que há divulgações de relatórios científicos ou encontros para debater acordos políticos. Para virar notícia, não basta que o problema acarrete riscos globais, há de se ter um elemento novo que justifique a entrada do assunto na pauta do dia.

A lógica jornalística dominante impede que a imprensa desenvolva um papel maior frente ao enfrentamento dos riscos climáticos, a despeito de manifestar potencial para isso. Os profissionais percebem que muitas pautas surgem do contexto internacional (afastando o problema do contexto local), mas, mesmo acreditando que o clima esteja mudando, estão arraigados demais a pressupostos jornalísticos que privilegiam o efeito e não o processo.

O jornal diário (antes da efervescência dos meios digitais) era o espaço do factual, daquilo que é notícia hoje e pode interferir no dia de amanhã. Atualmente, em um cenário de múltiplas emissões, o diário precisa reconstituir seu espaço, proporcionando análises e oferecendo reportagens de profundidade que antes eram privilégio apenas de revistas. Nesta possível reformulação, a contextualização poderá ser maior e as notícias carregarão informações qualificadas com maior potencial de esclarecimento dos cidadãos. Destarte, mesmo reféns de aspectos novos, temas ambientais complexos poderão ser melhor abordados pelos jornalistas.

Entretanto, reconhece-se que essa possibilidade está distante da realidade mercadológica. As redações, cada vez mais enxutas, dispensam jornalistas experientes e especializados. Wilson (2000) constatou que profissionais que compreendem melhor a ciência tendem a conhecer melhor a questão climática e fazem as perguntas necessárias. Na nossa amostra, ainda que todos tenham escrito ou editado notícias sobre as MCs, nenhum dos respondentes se declarou especialista, contando que cobrem muitos outros temas, inclusive no mesmo dia de trabalho. Se são generalistas e precisam cobrir de vez

em quando temas tão difíceis e amplos como este, como confiar nas escolhas de suas fontes de informação, o aspecto considerado principal para a elaboração das notícias? Como saber que não serão porta-vozes de discursos interessados por não terem conhecimento prévio sobre os meandros do assunto?

Os jornalistas da *Gazeta do Povo* reconhecem que o clima está em transformação e que a imprensa pode ser importante para conscientizar e educar a população, ao mesmo tempo que acham que os meios de comunicação são pouco responsáveis para diminuir os efeitos negativos do problema. Avaliam que as medidas de mitigação propostas são praticamente equivalentes, não conseguindo apontar muitas soluções que ultrapassem as alternativas dadas, com exceção à transformação da cultura, da qual teriam que fazer parte (e de forma mais enfática do que visto hoje nas páginas do jornal). Mesmo assim, questões estruturais como o consumismo e o sistema capitalista parecem estar menos presentes do que entre os jornalistas da Alemanha, EUA, Índia, Reino Unido e Suíça inquiridos por Engesser e Brüggemann (2015). O mesmo se passa com o papel que poderia ter um discurso de sustentabilidade, bastante saliente na comunidade jornalística da Índia.

Por concordarem com a influência que o jornal exerce na mudança de comportamento e por terem ciência de sua função social, questiona-se o motivo do assunto ser noticiado esporadicamente e de forma tão distante do leitor (não se percebe a relação entre o global e o local). A análise dos enquadramentos das notícias publicadas em 2013 mostrou que a resolução dos problemas do clima é afastada dos leitores, pois a ênfase é dada nos acordos globais e em medidas governamentais, e que os macroenquadramentos predominantes são os científico e político (Loose, Lima & Carvalho, 2014), o que não estimula o envolvimento com ações que possam ajudar a frear os riscos climáticos. De algum modo, os respondentes justificam esta cobertura devido aos critérios e normas do jornalismo diário e, porventura por serem generalistas que cobrem circunstancialmente o tema das MCs, não conseguem perceber as nuances intrincadas na relação comunicação – percepção – engajamento, necessárias para a promoção da governança climática.

Conquanto se deva reconhecer que haja lógicas na produção da notícia que favorecem o reforço do *status quo* (como a maior acessibilidade a fontes oficiais, por exemplo), deve-se também notar que há formas de trabalhar nas brechas da organização jornalística, informando com qualidade sobre ações que façam a diferença no cotidiano das pessoas e, quiçá, promovam transformações sociais em prol do meio ambiente (do qual fazemos parte). Uma transição nas práticas comunicativas sobre MCs poderá passar por explorar essas brechas e imaginar novas possibilidades para o trabalho jornalístico.

Referências

- APA – American Psychological Association (2009). Psychology and global climate change: Addressing a multi-faceted phenomenon and set of challenges. Report of the American Psychological Association Task Force on the Interface Between Psychology and Global Climate Change. Disponível em: <http://www.apa.org/science/about/publications/climate-change-booklet.pdf>. Acesso em 20/11/2014.
- Boykoff, M. T. (2011). Who speaks for the climate? Making sense of media reporting on climate change. USA: Cambridge University Press.
- Bueno, W. (2013). Imprensa e mudanças climáticas no Brasil: fontes hegemônicas e pouca atenção aos conceitos, Razón y Palabra – Tratamiento mediático de las soluciones al cambio climático, 84. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N84/M84/04_DaCosta_M84.pdf. Acesso em: 22/05/2014.
- Bruggemann, M., & Engesser, S. (2014). Between Consensus and Denial: Climate Journalists as Interpretive Community, *Science Communication*, 36, 399-427.
- Carvalho, A. (org.). (2011). As alterações climáticas, os media e os cidadãos. Coimbra: Grácio Editor.
- Carvalho, A., Pereira, E., & Cabecinhas, R. (2011). O trabalho de produção jornalística e a mediatização das alterações climáticas. In A. Carvalho (org.) *As alterações climáticas, os media e os cidadãos* (pp.145-173). Coimbra: Grácio Editor.
- Covello, V., & Sandman, P. (2001). Risk communication: Evolution and revolution. In A. Wolbarst (ed.). *Solutions to an Environment in Peril* (pp.164-178). Baltimore, Maryland, John Hopkins University Press.
- Engesser, S., & Brüggemann, M. (2015). Mapping the minds of the mediators: The cognitive frames of climate journalists from five countries. *Public Understanding of Science*, online first, 1 –17. DOI: 10.1177/0963662515583621.
- Felt, U., & Fochler, M. (2010). Machineries for making publics: Inscribing and describing publics in public engagement. *Minerva*, 48 (3), 219–238.
- Giddens, A. (2010). *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Guimarães Jorge, A. M. (2011). *Introdução à percepção: Entre os sentidos e o conhecimento*. São Paulo: Paulus.
- Hannigan, J. (1995). *Sociologia Ambiental*. Instituto Piaget.
- Hansen, A. (2010). *Environment, media and communication*. London: Routledge.

- Hulme, M. (2009). *Why we disagree about climate change: Understanding controversy, inaction and opportunity*. New York: Cambridge University Press.
- IPCC. (2013). *Climate Change 2013: The physical science basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ISER – Instituto de Estudos da Religião. (2008). *Pesquisa: O que as lideranças brasileiras pensam sobre mudanças climáticas e o engajamento do Brasil. Relatório de pesquisa*. Disponível em: <http://www.iser.org.br/RELATORIODIVULGACAOISERPESQUISAMUDCLIMATICAS.pdf>. Acesso em 15/04/2015.
- Jacobi, P. (2012). *Desafios à governança e participação popular no Brasil*. In W. Costa Ribeiro (org.). *Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social* (pp.69-88). São Paulo: Annablume; Procam; IEE.
- Krosnick, J. A., Holbrook, A. L., & Visser, P. S. (2000). The impact of the fall 1997 debate about global warming on American public opinion. *Public Understanding of Science*, 9, 239–260.
- Loose, E., Lima, M., & Carvalho, A. (2014). *Estudo dos enquadramentos sobre mudanças climáticas no jornal brasileiro Gazeta do Povo*. In Z. Pinto-Coelho & N. Zagalo (orgs.). *Comunicação e Cultura* (pp.139-156). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.
- Martins, R. & Ferreira, L. (2011). *Uma revisão crítica sobre cidades e mudança climática: Vinho velho em garrafa nova ou um novo paradigma de ação para a governança local?*. *Revista de Administração Pública*, 45(3), 611-641.
- McQuail, D. (2013). *Journalism and Society*. London: Sage..
- Nicholson-Cole, S. A. (2005). *Representing climate change futures: A critique on the use of images for visual communication*. *Computers, Environment and Urban Systems*, 29, 255–273.
- O’Neill, S., & Nicholson-Cole, S. (2009). “Fear won’t do it”: Promoting positive engagement with climate change through visual and iconic representation. *Science Communication*, 30 (3), 355-379.
- Painter, J. (2011) *Poles apart: The international reporting of climate skepticism*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism.
- Painter, J. (2013). *Climate change in the media: Reporting risk and uncertainty*. London: I.B. Tauris & Co. Ltd.
- Philips, L., Carvalho, A., & Doyle, J. (2012). *Introduction*. In L. Philips, A. Carvalho & J. Doyle (eds.). *Citizen voices: Performing public participation in science and environment communication* (pp.1-17). Chicago, USA: Intellect.

- Powell, D., & Leiss, W. (2005). Um diagnóstico das falhas de comunicação sobre riscos. In L. Massarani, J. Turney, & I. Castro Moreira (orgs). Terra incógnita: A interface entre ciência e público (pp.183-201). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Renn, O. (2004). Perception of risks. *Toxicology Letters*, 149, 405–413.
- Serra, P. (2009). A mediatização dos riscos: O caso dos riscos ambientais. Disponível em: < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-serra-mediatizacao.pdf>>. Acesso em 28 de julho de 2014.
- van Dijk, T. (1990). Social cognition and discourse. In: H. Giles & R.P. Robinson (eds.), *Handbook of social psychology and language* (pp. 163-183). Chichester: Wiley.
- Wilson, K. M. (2000). Drought, debate, and uncertainty: Measuring reporters knowledge and ignorance about climate change, *Public Understanding of Science*, 9, 1–13.

Notas

¹ Jornalista formada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil, com período de estágio doutoral, financiado pela Capes, na Universidade do Minho (UMinho), Portugal. Bolsista CNPq. E-mail: eloisa.loose@gmail.com.

² Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, Portugal. Doutorada pelo University College London, Reino Unido. E-mail: carvalho@ics.uminho.pt

³ O conceito de governança é utilizado com diferentes sentidos em vários campos de conhecimento. Embora o conceito procure abarcar os diferentes atores que intervêm ou influenciam os processos de tomada de decisão, a prática dominante é caracterizada pela prevalência de um fluxo *top-down* ou *de cima para baixo*, associado às práticas de regulação e financiamento estipulados por instâncias superiores, como o Banco Mundial, e aplicadas em diferentes realidades sem levar em conta as especificidades do local. De forma oposta, o fluxo *bottom up* ou *de baixo para cima* indica uma forma de articulação política e social que emerge das bases, buscando romper com o sistema hierárquico e, às vezes, autoritário característico do sistema hegemônico.

⁴ Utiliza-se neste trabalho a concepção geral, apoiada nos relatórios do IPCC (e.g. 2013) e já utilizada na análise de Painter (2013), de que riscos climáticos são aqueles que tratam dos impactos adversos ou efeitos negativos das mudanças climáticas tais como: aumento do nível dos mares, redução dos níveis dos reservatórios de água, desertificação, aumento da temperatura média, intensificação de eventos extremos, degelo nos polos, entre outros.

⁵ Os jornalistas serão identificados como J1, J2, J3... a fim de manter o anonimato previsto na pesquisa.

⁶ “Os cidadãos precisam de informações rigorosas e compreensíveis, mas, infelizmente, muitas das notícias recentes sobre as mudanças globais são sensacionalistas, técnicas ou muito abstratas para o público em geral, e não contribuem para que as pessoas façam uma conexão entre suas ações cotidianas e as iminentes mudanças globais de longo prazo que provavelmente irão ocorrer” (tradução livre das autoras).

⁷ “A mídia é um ator na esfera pública e uma arena para o discurso público, moldando e influenciando o acesso e as possibilidades de participação” (tradução livre das autoras).

⁸ Em pesquisa anterior (Loose, Lima & Carvalho, 2014), foi realizada análise de enquadramentos com as notícias sobre mudanças climáticas publicadas no citado jornal, na qual foram encontradas apenas 13 matérias jornalísticas assinadas por jornalistas do Grupo de Comunicação a qual pertence a *Gazeta do Povo*. As demais tinham como origem agências de notícias nacionais e internacionais.

⁹ O fato de este fenômeno estar em mudança e ser invisível prejudica a cobertura jornalística diária, que busca acontecimentos concretos, com efeitos identificáveis na sociedade.